Demonstrações Financeiras

Volga Energia S.A.

31 de dezembro de 2021 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Condomínio Centro Século XXI R. Visconde de Nacar, 1.440 14º andar - Centro 80410-201 - Curitiba - PR - Brasil Tel: +55 41 3593-0700

Fax: +55 41 3593-0719 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e acionistas da Volga Energia S.A. Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Volga Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras
 individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e
 executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência
 de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de
 distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode
 envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações
 falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP15199/O-6

Ana Andréa Iten de Alcantara

Contadora CRC-SC-025678/O-3 T-PR

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	10	14	31	21
Outros ativos	_	6	6	14	110
	_	16	20	45	131
Não circulante					
Partes relacionadas	12	6.407	6.813	6.407	6.813
Investimentos	9	45.351	39.508	-	-
Intangivel	10	-	-	36.228	26.993
Imobilizado	11	397	438	13.637	12.988
	_	52.155	46.759	56.272	46.794
	_				
	- -	52.171	46.779	56.317	46.925
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		84	81	180	214
Aquisição de controladas a pagar	12	-	16.345	-	16.345
Obrigações tributárias		86	72	96	85
Provisões e salários a pagar	<u>-</u>	147	128	147	128
	-	317	16.626	423	16.772
Não circulante					
Partes relacionadas	12	292	-	-	_
Arrendamentos	13	-	-	4.332	-
	<u>-</u>	292	-	4.332	-
Patrimônio líquido	14				
Capital social	14	35.937	34.911	35.937	34.911
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.730	0 1 .011	4.730	0 7 .911
Reserva de lucros		10.895	(4.758)	10.895	(4.758)
110001144 40 140100	-	51.562	30.153	51.562	30.153
	_				
	=	52.171	46.779	56.317	49.925

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Contro	adora	Consol	idado
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	15	-	-	34.753	-
Despesas administrativas Outras receitas (despesas) operacionais	16 17	(3.205) (1)	(1.453) -	(3.222) (1.181)	(1.488)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	-	(3.206)	(1.453)	30.350	(1.488)
Receitas financeiras Despesas financeiras	18 18	- (451)	(2.308)	82 (462)	- (2.316)
Resultado financeiro, líquido		(451)	(2.308)	(380)	(2.316)
Resultado da equivalência patrimonial	9	29.686	(43)	-	
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	-	26.029	(3.804)	29.970	(3.804)
Imposto de renda e contribuição social	19		-	(3.941)	
Lucro (prejuízo) do exercício	=	26.029	(3.804)	26.029	(3.804)

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Control	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
Lucro (Prejuízo) do exercício	26.029	(3.804)	26.029	(3.804)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	26.029	(3.804)	26.029	(3.804)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

			Cap	ital			
			soc	ial	Re	eservas	
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Aumento para futuro adiantamento de capital	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		27.000	-	7.663	-	(954)	33.709
Integralização de capital Cisão participação - Athon Energia		13.000 (4.063)	(1.026)	(7.663)	-	-	4.311 (4.063)
Prejuizo do exercício		-	-	-	-	(3.804)	(3.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		35.937	(1.026)	-	-	(4.758)	30.153
Integralização de capital	15	-	1.026	-	-	-	1.026
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	-	4.730	-	-	4.730
Lucro do exercício		-	-	-	-	26.029	26.029
Destinação do lucro:							
Reserva Legal	15	-	-	-	1.301	(1.301)	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	-	(10.376)	(10.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		35.937	-	4.730	1.301	9.594	51.562

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Lucro (prejuizo) de exercício 26.029 (3.804) 26.029 26.029 (3.804) 26.029 26.029 26.029 26.029 26.029 2		Controladora		Consolidado		
Lucro (prejuízo) do exercício 26.029 (3.804) 26.029 (3.804) 2.105 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.105 (3.804) 2.10		2021	2020	2021	2020	
Ajustes para: Juros sobre obrigação a pagar 39 2.115 39 2.	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Juros sobre obrigação a pagar Resultado da equivalência patrimonial (29,686) (3	Lucro (prejuízo) do exercício	26.029	(3.804)	26.029	(3.804)	
Resultado da equivalencia patrimonial (29,686) 43	Ajustes para:					
Depreciação 104 83 104 83 Ajuste a valor presente 406 188 406 188 Resultado pela baixa de bens do ativo permanente - - - 1.180 -				39	2.115	
Ajuste a valor presente Resultado pela baixa de bens do ativo permanente 406 188 406 188 Resultado pela baixa de bens do ativo permanente - - 1.180 - Variações em: Outros ativos de curto prazo - - (3) 96 (102) Fornecedores 3 81 (34) 209 Obrigações tribudarias 14 69 3.952 48 Outras contas a pagar 19 - 19 (11) Provisões e salários a pagar - - - (70) Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais (3.072) (1.100) 31.791 (1.334) Impostos pagos - - - (3.941) - - Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais (3.072) (1.100) 27.850 (1.334) Fluxos de caixa das atividades de investimentos integralização de capital em investidas (3.072) (1.100) 27.850 (1.334) Fluxos de caixa das atividades de investimentos integralização de capital em investidas (3.25)		` ,		-	-	
Nation N						
Variações em:		406	188		188	
Outros ativos de curto prazo - (3) 96 (102) Fornecedores 3 81 (34) 209 Obrigações tributárias 14 69 3.952 48 Outras contas a pagar 19 - 19 (11) Provisões e salários a pagar - 128 - (70) Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais (3.072) (1.100) 31.791 (1.334) Impostos pagos - - - (3.941) - - Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais (3.072) (1.100) 27.850 (1.334) Impostos pagos - - - (3.941) - - Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais (3.072) (1.100) 27.850 (1.334) Fluxos de caixa das atividades de investimentos (3.326) (3.045) - - - - - - - - - - - - - <td>Resultado pela baixa de bens do ativo permanente</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.180</td> <td>-</td>	Resultado pela baixa de bens do ativo permanente	-	-	1.180	-	
Fornecedores 3 81 (34) 209	Variações em:					
Dotigações tributárias 14 69 3.952 48 Outras contas a pagar 19 - 19 (11) Provisões e salários a pagar 19 - 128 - (70) Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais (3.072) (1.100) 31.791 (1.334) Impostos pagos - (3.941) - Fluxo de caixa liquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais (3.072) (1.100) 27.850 (1.334) Fluxos de caixa das atividades de investimentos Integralização de capital em investidas (3.326) (3.045) - - 1 Dividendos recebidos 28.215 - - 1 Dividendos recebidos 28.215 - - 1 Aquisição de participação societária (16.384) - (16.384) - Gastos com projetos - - (6.083) (2.753) Aquisição de participação societária (16.384) - (16.384) - Gastos com projetos - - (6.083) (2.753) Aquisição de participação societária (16.384) - (16.384) - Gastos com projetos - - (10.376) (23.52) Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades de investimento 8.442 (3.213) (23.220) (2.987) Fluxos de caixa das atividades de financiamento (5.374) 4.311 1.026 4.311 Dividendos pagos (10.376) - (10.376) - Partes relacionadas 292 - - Partes relacionadas 292 - - Adientamento para futuro aumento de capital 3.684 - 4.730 - Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento (5.374) 4.311 (4.620) 4.311 Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10) No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 14 16 21 31	Outros ativos de curto prazo	-	(3)	96	(102)	
Outras contas a pagar Provisões e salários a pagar 19 - 19 (11) Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais (3.072) (1.100) 31.791 (1.334) Impostos pagos - - - (3.941) - Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais (3.072) (1.1000) 27.850 (1.334) Fluxos de caixa das atividades de investimentos Integralização de capital em investidas (3.326) (3.045) -		3		(34)	209	
Provisões e salários a pagar - 128 - (70) Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais (3.072) (1.100) 31.791 (1.334) Impostos pagos (3.941)	Obrigações tributárias	14	69	3.952	48	
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais (3.072) (1.100) 31.791 (1.334) Impostos pagos - - (3.941) - Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais (3.072) (1.100() 27.850 (1.334) Fluxos de caixa das atividades de investimentos Integralização de capital em investidas (3.326) (3.045) - - - 1 Caixa aguindo na compra - - - 1	Outras contas a pagar	19	-	19	(11)	
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais (3.072) (1.100() 27.850 (1.334) Fluxo de caixa das atividades de investimentos Integralização de capital em investidas (3.326) (3.045) -	Provisões e salários a pagar	-	128	-	(70)	
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais (3.072) (1.100() 27.850 (1.334)	Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(3.072)	(1.100)	31.791	(1.334)	
Capital integralizado pelos acionistas Capital eminos atividades de investimento Capital integralização de capital eminvestidas Caixa aquirido na compra Capital eminvestidas Capital eminvestidades C	Impostos pagos		-	(3.941)	-	
Capital integralizado pelos acionistas Capital eminos atividades de investimento Capital integralização de capital eminvestidas Caixa aquirido na compra Capital eminvestidas Capital eminvestidades C	Fluve de caive líquide (utilizade pee) proveniente des atividades					
Fluxos de caixa das atividades de investimentos Caixa aquirido na compra		(2.072)	(1.100()	27 950	(1 224)	
Integralização de capital em investidas	operacionais	(3.072)	(1.100()	21.030	(1.334)	
Caixa aquírido na compra - - 1 Dividendos recebidos 28.215 - - - Aquisição de participação societária (16.384) - (16.384) -	Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos 28.215 - - - - - - - - -	Integralização de capital em investidas	(3.326)	(3.045)	-	-	
Aquisição de participação societária (16.384) - (16.384) - (6.083) (2.753) Aquisição de ativo imobilizado - (6.083) (2.753) (235) Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades de investimento 8.442 (3.213) (23.220) (2.987) Fluxos de caixa das atividades de financiamento - (3.213) (23.220) (2.987) Fluxos de caixa das atividades de financiamento - (3.213) (23.220) (2.987) Capital integralizado pelos acionistas 1.026 4.311 1.026 4.311 Dividendos pagos (10.376) - (10.376) - (10.376)	Caixa aquirido na compra	-	-	-	1	
Gastos com projetos Aquisição de ativo imobilizado - - - (6.083) (23.5) (2.753) (235) Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades de investimento 8.442 (3.213) (23.220) (2.987) Fluxos de caixa das atividades de financiamento Capital integralizado pelos acionistas 1.026 4.311 1.026 4.311 Dividendos pagos Partes relacionadas (10.376) - (10.376) - - - Adiantamento para futuro aumento de capital 3.684 - 4.730 - - Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento (5.374) 4.311 (4.620) 4.311 Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10) No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 10 14 31 21		28.215	-	-	-	
Aquisição de atívo imobilizado (63) (168) (753) (235) Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades de investimento 8.442 (3.213) (23.220) (2.987) Fluxos de caixa das atividades de financiamento Capital integralizado pelos acionistas 1.026 4.311 1.026 4.311 Dividendos pagos (10.376) - (10.376) - - Partes relacionadas 292 - - - - Adiantamento para futuro aumento de capital 3.684 - 4.730 - Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento (5.374) 4.311 (4.620) 4.311 Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10) No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 10 14 31 21	Aquisição de participação societária	(16.384)	-	(16.384)	-	
Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades de investimento 8.442 (3.213) (23.220) (2.987) Fluxos de caixa das atividades de financiamento 1.026 4.311 1.026 4.311 Capital integralizado pelos acionistas 1.026 4.311 1.026 4.311 Dividendos pagos (10.376) - (10.376) - Partes relacionadas 292 - - - Adiantamento para futuro aumento de capital 3.684 - 4.730 - Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento (5.374) 4.311 (4.620) 4.311 Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10) No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 10 14 31 21		-	-		(2.753)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento Capital integralizado pelos acionistas 1.026 4.311 1.026 4.311 Dividendos pagos (10.376) - (10.376) - Partes relacionadas 292 - - - Adiantamento para futuro aumento de capital 3.684 - 4.730 - Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento (5.374) 4.311 (4.620) 4.311 Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10) No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 10 14 31 21	Aquisição de ativo imobilizado	(63)	(168)	(753)	(235)	
Capital integralizado pelos acionistas 1.026 4.311 1.026 4.311 Dividendos pagos (10.376) - (10.376) - Partes relacionadas 292 - - - Adiantamento para futuro aumento de capital 3.684 - 4.730 - Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento (5.374) 4.311 (4.620) 4.311 Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10) No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 10 14 31 21	Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades de investimento	8.442	(3.213)	(23.220)	(2.987)	
Capital integralizado pelos acionistas 1.026 4.311 1.026 4.311 Dividendos pagos (10.376) - (10.376) - Partes relacionadas 292 - - - Adiantamento para futuro aumento de capital 3.684 - 4.730 - Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento (5.374) 4.311 (4.620) 4.311 Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10) No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 10 14 31 21	Elipso de esigo des etipidades de financiamente					
Dividendos pagos (10.376) - (10.376) - Partes relacionadas 292 - - - Adiantamento para futuro aumento de capital 3.684 - 4.730 - Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento (5.374) 4.311 (4.620) 4.311 Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10) No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 10 14 31 21		1 026	1 211	1 026	1 211	
Partes relacionadas 292 -			4.511		4.311	
Adiantamento para futuro aumento de capital 3.684 - 4.730 - Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento (5.374) 4.311 (4.620) 4.311 Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10) No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 10 14 31 21			_	(10.570)	_	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10) No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 10 14 31 21			-	4.730	-	
No início do exercício 14 16 21 31 No final do exercício 10 14 31 21	Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento	(5.374)	4.311	(4.620)	4.311	
No final do exercício 10 14 31 21	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(4)	(2)	10	(10)	
No final do exercício 10 14 31 21						
Aumento no caixa e equivalentes de caixa (4) (2) 10 (10)	No final do exercicio	10	14	31	21	
	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(4)	(2)	10	(10)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Volga Energia S.A. ("Companhia"), constituída em 11 de outubro de 2017, tem como objetivo social administrar os bens próprios e as participações no capital de outras sociedades com objeto social compatível, como sócia ou acionista, bem como explorar atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, empreender atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica, empreender atividades de coordenação e controle de operação da geração e transmissão de energia elétrica, e ainda, realizar a gestão de ativos intangíveis não financeiros.

A Companhia, com sede e foro na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 555, conjunto 231, 23° andar, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80430-180.

Aquisição de controlada - Ventos de Santa Inês Energias Renovavéis S.A.

Em 20 de fevereiro de 2018, a Companhia adquiriu por meio de instrumento particular de compra e venda de ações 100% da Ventos de Santa Inês Energias Renovavéis S.A.

O valor total do contrato de compra e venda foi de R\$16.345 (contraprestação) o qual foi liquidado em fevereiro de 2021, conforme nota explicativa 12.

Essa transação gerou montante de R\$ 14.183 no intangível da Companhia, atribuído à aquisição do projeto desenvolvido por terceiros para implementação do parque eólico. O valor adicional de investimento na aquisição da Ventos de Santa Inês foi integralmente alocada ao ativo intangível, dada a capacidade de geração de energia do parque eólico.

Abaixo estão relacionados os ativos adquiridos e os passivos assumidos na data da transação. Foi considerada 28 de fevereiro de 2018 como sendo a data da transação, os valores considerados na combinação de negócios são os seguintes:

Ativos adquiridos e passivos assumidos em 28 de fevereiro de 2018	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Imobilizado.	88	88
Intangível (goodwill)	-	14.141
Table of the Control of the Control		44.000
Total de ativos líquidos identificados	89	14.230

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

O surto de Covid-19 foi relatado pela primeira vez no final de 2019 em Wuhan, China. Desde então, o vírus se espalhou pelo mundo. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de Covid-19 uma pandemia.

A Covid-19 impactou significativamente a economia mundial em 2020 e pode continuar impactando nos próximos anos. Muitos países impuseram proibições de viagens a milhões de pessoas e, além disso, pessoas em muitos locais estão sujeitas a medidas de quarentena. As empresas estão lidando com receitas perdidas e cadeias de suprimentos interrompidas. Alguns países têm realizado restrições em resposta à pandemia e, como resultado da interrupção das empresas, milhões de trabalhadores perderam seus empregos. A pandemia da Covid-19 também resultou em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities em todo o mundo. Vários governos anunciaram e implementaram medidas para prestar assistência financeira e não financeira às entidades afetadas.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção dos fluxos de caixa para o ano de 2022 não deverão ser impactadas de forma relevante, assim como não deverá impactar premissas previamente consideradas para as compensações dos valores recuperáveis dos nossos ativos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma medida relevante foi necessária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas da Companhia, em conjunto denominadas de "o Grupo":

Descrição	País	Percentual de participação		
		31/12/2021	31/12/2020	
Controladas				
LDA Energia S.A. (i)	Brasil	100%	100%	
EST Energia S.A. (ii)	Brasil	100%	100%	
Ventos de Santa Inês Energias Renovavéis (iii)	Brasil	100%	100%	
URA Energia S.A.(iv)	Brasil	100%	100%	

(i) A LDA Energia S.A. ("LDA Energia"), constituída em 19 de junho de 2013, tem como objetivo social administrar os bens próprios e as participações no capital de outras sociedades com objeto social compatível, como sócia ou acionista, bem como explorar atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, empreender atividades de coordenação e controle da operação da geração de energia elétrica, empreender atividades de coordenação e controle de operação da geração e transmissão de energia elétrica, e ainda, realizar a gestão de ativos intangíveis não financeiros.

Tem sede e foro na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 555, conjunto 231, 23° andar, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80430-180. Encontra-se em fase pré-operacional e realizará a construção de um Parque Eólico, quando o parque estiver concluído, terá uma potência instalada de 500 MW (não auditado), com geração estimada anual de 2.400.000 MW (não auditado). Já obteve as licenças ambientais prévias e os DRO (Declaração de recebimento de requerimento de Outorga) dos quais possuem validade até agosto de 2021, assim permitindo operar no Ambiente de Comercialiação de Energia Livre e/ou Regulado. Para que possa dar início às suas operações, depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de leilão promovido pela Agência Nacioanal de Energia Elétrica – ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Adicionalmente depende do suporte financeiro dos acionistas sob a forma capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros.

Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Relação de entidades controladas--Continuação

(ii) A EST Energia S.A. ("EST Energia"), constituída em 20 de julho de 2018, tem como objetivo social a geração de energia elétrica, mediante outorga de atorização para exploração e gestão da outorga, de aproveitamento de pontencial hidráulico, específica da Usina Hidrelétrica (UHE) Estrela, localizada no Rio Verde, sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do rio Paraná, Estado de Goiás, destinado à comercialização de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, obedecidas as normas legais e regulamentares aplicáveis a esse ramo de atividade.

Tem sede e foro na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 555, conjunto 231, 23° andar, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80430-180. Encontra-se em fase pré-operacional, em pré-investimento, inciou os estudos de topografia, engenharia, análises dos terrenos e realizará a construção de uma UHE. Quando a usina estiver concluída, terá uma potência instalada de 48,4 MW (não auditado), com geração estimada anual de 229.000 MW (não auditado). A EST Energia iá obteve as licencas ambientais prévias e o DRS (Despacho de Registro de Adequabilidade quanto ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo) emitido pela ANEEL dos quais possuem validade até 2021, assim permitindo operar no Ambiente de Comercialiação de Energia Livre e/ou Regulado. Para que possa dar início às suas operações, depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de leilão promovido pela Agência Nacioanal de Energia Elétrica – ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. A EST Energia depende do suporte financeiro dos acionistas sob a forma capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros. Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a EST Esnergia a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

(iii) A Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A. ("Ventos Santa Inês"), constituída em 20 de dezembro de 2011, tem como objetivo social administrar os bens próprios e as participações de outras sociedades com objeto social compatível, como sócia ou acionista, bem como explorar atividades de geração, transmissão e comerciaização de energia elétrica, e ainda empreender atividades de coordenação e controle da operação de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, e ainda, realizar a gestão de ativos intangíveis não financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Relação de entidades controladas--Continuação

Em 20 de fevereiro de 2018, a Ventos Santa Inês, até então sediada na cidade de Maracanaú/CE, teve sua sede e foro transferidos para a Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 555, conjunto 231, 23° andar, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim. Bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80430-180. Encontra-se em fase pré-operacional e realizará a construção de um Parque Eólico, quando o parque estiver concluído, terá uma potência instalada de 500 MW (não auditado), com geração estimada anual de 2.190.000 MW (não auditado). Já obteve as licencas ambientais prévias e os DRO (Declaração de recebimento de requerimento de Outorga) dos quais possuem validade até 13 de fevereiro de 2021, assim permitindo operar no Ambiente de Comercialiação de Energia Livre e/ou Regulado. Para que possa dar início às suas operações, depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de leilão promovido pela Agência Nacioanal de Energia Elétrica – ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecerse como produtor independente de energia elétrica. Adicionalmente depende do suporte fiananceiro dos acionistas sob a forma capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros. Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a Ventos Santa Inês a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

(iv) A URA Energia S.A. ("Ura Energia"), contituida em 11 de março de 2020, é uma sociedade anônima fechada, subsidiaria integral de Volga Energia S.A., tem como objetivo social administrar os bens próprios e as participações no capital de outras sociedades com o objeto social compatível, como socia ou acionista, bem como explorar atividade de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, empreender atividade de coordenação e controle da geração e transmissão de energia elétrica e ainda realizar a gestão de ativos intengíveis não financeiros. A Companhia tem sede e foro na Alameda Doutor Carlos de Carvlaho, 555, conjunto 231, 23º andar, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado Paraná, CEP 80.430-180.

3. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 06 de maio de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas Controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, se existentes, estão incluídas nas notas explicativas.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 11 Vida útil e recuperação do imobilizado; e
- Nota Explicativa 10 Vida útil e recuperação do intangível.

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis

a) Base de consolidação

i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

ii) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

- a) Base de consolidação--Continuação
 - iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados (quando aplicável), deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Imobilizado--Continuação

i) Reconhecimento e mensuração--Continuação

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, exceto os terrenos que não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Imobilizado	Vida útil
Equipamentos de Informática	5 anos
Software	5 anos
Torres e Pórticos	25 anos

c) Ativos intangíveis

i) Ágio

Os ativos intangíveis devem ser considerados como tendo vida útil finita. A vida útil de ativo intangível que se origina de direitos contratuais ou outros direitos legais não deve exceder o período de vigência dos direitos contratuais ou outros direitos legais, mas pode ser inferior, dependendo do período ao longo do qual a entidade espera utilizar o ativo. Caso os direitos contratuais ou outros direitos legais sejam conferidos por um período limitado que possa ser renovado, a vida útil do ativo intangível deve incluir os períodos renováveis apenas se existir evidência para suportar a renovação pela entidade sem custo relevante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Ativos intangíveis--Continuação

i) *Ágio--*Continuação

A Companhia deve considerar a vida útil estabelecida para amortização do ágio por expectativa de rentabilidade futura. Caso a vida útil do ágio por expectativa de rentabilidade futura não puder ser estabelecida de forma confiável, a vida útil deve ser determinada com base na melhor estimativa da administração, mas não deve exceder a dez anos.

A Companhia não elaborou análise da vida útil dos ativos para determinar qual prazo a ser considerado para a amortização desse intangível. Adicionalmente, o valor recuperável do ágio não foi testado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

ii) Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia e suas Controladas relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 15% a.a.

d) Receitas

Os pronunciamentos contábeis do CPC 47, se dão com a transferência do controle a um cliente e representa a transferência dos direitos relativos ao bem ou serviço. A capacidade de o cliente receber os benefícios do bem ou serviço é representada por seu direito a substancialmente todos os fluxos de entrada de caixa, ou à redução dos fluxos de saída de caixa, gerados pelos bens ou serviços. No momento da transferência de controle, o cliente é o único possuidor do direito de uso do bem ou serviço durante a sua vida econômica remanescente ou de consumir o bem ou serviço nas suas próprias operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Instrumentos financeiros

- O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos como 'empréstimos e recebíveis'.
- O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos como 'outros passivos financeiros'.
- i) Ativos e passivos financeiros não derivativos reconhecimento e desreconhecimento
 - O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.
 - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
 - O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa não incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

- e) Instrumentos financeiros--Continuação
 - ii) Passivos financeiros não derivativos mensuração

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- f) Redução ao valor recuperável (impairment)
 - i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

- f) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação
 - i) Ativos financeiros não-derivativos--Continuação
 - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e
 - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
 - ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou de curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflita as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e as expectativas do ativo em suas datas originais.

h) <u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

i) <u>Impostos e contribuições sobre o lucro</u>

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base no lucro presumido, sobre a base de cálculo de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social da receita bruta de venda de energia, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

- i) Impostos e contribuições sobre o lucro--Continuação
 - i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos

j) Pronunciamentos novos ou revisados

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

j) <u>Pronunciamentos novos ou revisados</u>--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

Essa alteração não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

j) <u>Pronunciamentos novos ou revisados</u>--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduza definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Principais políticas contábeis--Continuação

j) <u>Pronunciamentos novos ou revisados</u>--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

8. Caixa e equivalente de caixa

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Bancos conta movimento	10	14	31	21	
	10	14	31	21	

9. Investimentos (Controladora)

a) Composição dos investimentos

	2021				
Investida	Participação	Patrimônio líquido	Resultado exercício	Investimento	Equivalência
LDA Energia	100%	8.397	29.701	8.397	29.701
EST Energia	100%	13.202	(3)	13.201	(3)
Ventos de Santa Inês	100%	8.483	(8)	8.484	(8)
URA Energia S.A.	100%	1.086	(4)	1.086	(4)
Ágio na aquisição Ventos de Santa Inês				14.183	-
				45.351	29.686

	2020					
Investida	Participação	Patrimônio líquido	Resultado exercício	Investimento	Equivalência	
LDA Energia	100%	6.573	(29)	6.573	(29)	
EST Energia	100%	12.556	(2)	12.556	(2)	
Ventos de Santa Inês	100%	5.822	(8)	5.822	(8)	
URA Energia S.A.	100%	374	(4)	374	(4)	
Ágio na aquisição Ventos de Santa Inês				14.183	-	
				39.508	(43)	

2020

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos (Controladora)--Continuação

b) Movimentação dos investimentos

	LDA Energia	EST Energia	Ventos de Santa Inês	URA Energia	Athon Energia	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	5.062	12.479	19.253	-	4.062	40.856
Integralização de capital Adiantamento para futuro aumento de capital Cisão investimento Athon Energia (i) Dividendos a receber (Reversão de dividendos)	1.662 (123) -	74 - - 6	1.053 - - (293)	378 - -	(4.063)	3.167 (123) (4.063) (287)
Outros Equivalência patrimonial	(29)	(1) (2)	(8)	(4)	1 -	(43)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.573	12.556	20.005	374	-	39.508
Integralização de capital Adiantamento para futuro aumento de capital Dividendos recebidos Capital Social a integralizar Equivalência patrimonial	(28.215) 338 29.701	- 182 - 466 (3)	1.817 370 - 483 (8)	- 494 - 222 (4)	- - - -	1.817 1.046 (28.215) 1.509 29.686
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.397	13.201	22.667	1.086	-	45.351

⁽i) Em 2020 houve a cisão com a empresa Athon Energia S.A, reduzindo o capital social da empresa no valor de R\$ 4.063

c) Informações financeiras resumida das investidas

2021	LDA Energia	EST Energia	Ventos de Santa Inês	URA Energia
Ativo circulante	297	8	10	5
Ativo não circulante	10.233	13.240	10.390	1.422
Total do ativo	10.530	13.248	10.400	1.427
Passivo circulante	20	47	37	2
Passivo não circulante	2.113	-	1.880	339
Patrimônio líquido	8.397	13.201	8.483	1.086
Total do passivo e patrimônio líquido	10.530	13.248	10.400	1.427
Resultado do exercício	29.701	(3)	(8)	(4)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível (Consolidado)

a) Composição do saldo

-	2021	2020
Ágio na aquisição de Ventos de Santa Inês (i)	14.183	14.183
Projeto eólico e gastos com desenvolvimento do projeto - Ventos de Santa Inês (ii)	8.510	5.843
Projeto eólico e gastos com desenvolvimento do projeto - LDA Energia (ii)	8.120	6.594
Projeto eólico e gastos com desenvolvimento do projeto - URA Energia (ii)	1.083	373
Direito de uso	4.332	
<u>-</u>	36.228	26.993

2024

2021

2020

2020

b) Direito de uso

		2020
Provisão de contratos de arrendamento - Ventos de Santa Inês	1.880	-
Provisão de contratos de arrendamento - LDA Energia	2.113	-
Provisão de contratos de arrendamento - URA Energia	339	-
-	4.332	-

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

⁽i) Refere-se à ágio reconhecido na aquisição da Ventos de Santa Inês, maiores detalhes vide nota explicativa nº 1.

⁽ii) Refere-se, substancialmente, ao custo de aquisição de projeto desenvolvido por terceiros para a implantação do parque eólico. O gastos projeto adquirido abrangeu com estudos das áreas, estudos das cargas e classes de aerogeradosres a serem instalados nos parques eólicos, serviços de topografia, soldagens e geologia, maiores detalhes vide nota explicativa nº 2(i), 2(iii) e 2 (iv).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

c) Movimentação do exercício

	Ágio	Projeto Ventos de Santa Inês	Projeto LDA Energia	Projeto URA Energia	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2020	14.183	5.006	5.051	-	24.240
Gasto com desenvolvimento dos projetos Saldo em 31 de dezembro 2020	14.183	837 5.843	1.543 6.594	373 373	2.753 26.993
Gasto com desenvolvimento dos projetos Baixa de ativos Direito de uso	- -	2.667 - 1.880	2.706 (1.180) 2.113	710 - 339	6.083 (1.180) 4.332
Saldo em 31 de dezembro 2021	14.183	10.390	10.233	1.422	36.228

Durante o exercício houve investimento pela Companhia e suas controladas no montante total de R\$ 6.083 composto basicamente com desenvolvimento dos projetos. O montante reconhecido relativo aos contratos de arrendamentos no montante de R\$ 4.332 não possuem efeito caixa.

Redução ao valor recuperável

O ativo intangível da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a administração não identificou indicadores de que o ativo intangível poderia apresentar problemas de *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado (Consolidado)

a) Composição do saldo

	2021	2020
Imobilizado em andamento UHE Estrela (i) Outros	13.240 397	12.550 438
	13.637	12.988

⁽i) Refere-se à aquisição de ativos relativos à UHE Estrela desenvolvido pela EST Energia. Considerando que as obras na referida UHE ainda não foram concluídas, as aquisições foram integralmente registradas na rubrica de imobilizado em andamento e, portanto, não estão sendo depreciadas.

b) Movimentação do exercício

	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	353	12.483	12.836
Gastos com imobilizado na UHE Estrela Aquisição de outros ativos Depreciação no exercício	- 168 (83)	67 - -	67 168 (83)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	438	12.550	12.988
Gastos com imobilizado na UHE Estrela Aquisição de outros ativos Depreciação no exercício	- 63 (104)	690 - -	690 63 (104)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	397	13.240	13.637

Redução ao valor recuperável

A Companhia e suas controladas monitoram os seus ativos imobilizados por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração da Companhia e suas controladas não identificou necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados.

12. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados daqueles exercícios, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e suas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Controladora e Consolidado		
	2021	2020	
Coligadas / Sócios	Ativo	Ativo	
Carolina Bayer Marder Trentini (i)	875	875	
Marcelo Leite Marder (i)	583	583	
Rosana Marder Torres (i)	438	438	
Thiago Correa Marder (i)	350	350	
Camila Leite Marder (i)	583	583	
Fernanda Marder Torres (i)	438	438	
Flavia Marder Torres (i)	438	438	
Henrique Leite Marder (i)	583	583	
Lucas Marder Torres (i)	438	438	
Mauro Fontoura Marder (i)	1.400	1.400	
Rodrigo Bayer Marder (i)	875	875	
Ajuste a valor presente (iii)	(594)	(188)	
	6.407	6.813	
	Contro	oladora	
	2021	2020	
Coligadas / Sócios	Passivo	Passivo	
LDA Energia S.A. (ii)	292	_	

- (i) Referem-se a operações de mútuo com entre a Companhia e suas controladas, coligadas e sócios, cuja transação foi realizada de acordo com condições específicas entre as partes, levando em consideração as características do Grupo. Estas operações de mútuo não são remuneradas (incidência de juros), assim como, não possuem prazo determinado de vencimento. Em 2020, para os saldos dos mútuos, fo realizado a cessão de crédito recebida da Athon Energia S.A. junto aos acionistas da Companhia.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto com a investida LDA Energia S.A. se refere a valores atribuídos como distribuição de lucros antecipada em 2021 a serem devolvidos para investida para os quais se espera serem regularizados e pagos durante o exercício de 2022 conforme instrumento societário.
- (iii) Ajuste a valor presente refere-se ao prazo acima de 360 dias esperado para pagamento do contrato com os sócios e coligadas.

Remuneração de pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal chave da administração é realizada pela controladora da Companhia.

Aguisição de controlada – Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Em 31/12/2020, o valor de aquisição da Companhia Ventos de Santa Inês foi reavaliado e considerando as clálsulas do contrato, atualizado com juros e correções sobre o saldo a pagar no valor de R\$ 2.115, sendo o montante total de R\$ 16.345. O pagamento da obrigação foi efetuada em fevereiro de 2021 corrigido monetariamente no montante de R\$ 16.384.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Arrendamentos (Consolidado)

	2021	2020
Provisão de contratos de arrendamento - Ventos de Santa Inês Provisão de contratos de arrendamento - LDA Energia	1.880 2.113	-
Provisão de contratos de arrendamento - URA Energia	339	-
	4.332	-

2021

2020

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (contratos com vigência até 2063). A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil das suas investidas. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 15% a.a.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 10 de fevereiro de 2020, a Companhia aumentou o capital social dos atuais R\$ 27.000 para R\$ 36.000 por meio de emissão de 9.000.000 de novas ações ordinárias normativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 1,00 cada, correspondente a R\$ 9.000, subscritas pelo único acionista Pattac Empreendimentos e Participações S.A.

Em 24 de junho de 2020, a Companhia aumentou o capital social dos atuais R\$ 36.000 para R\$ 40.000 por meio de emissão de 4.000.000 de novas ações ordinárias normativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 1,00 cada, correspondente a R\$ 4.000, subscritas pelo único acionista Pattac Empreendimentos e Participações S.A.

Conforme comentado no item "b", após a cisão com a Athon, o capital social da Companhia teve uma redução, ficando assim, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 35.937.800,00, dividido em 35.937.800 (trinta e cinco milhões, novecentas e trinta e sete mil e oitocentas) ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social -- Continuação

Acionista	Número de ações	Percentual capital social
Pattac Empreendimentos e Participações S.A.	35.937.800 35.937.800	100% 100%
	2021	2020
Capital social (-) Capital social a integralizar Adiantamento para futuro aumento de capital	35.937 - 4.730	40.000 (1.026)
(-) Athon Energia Total	40.667	(4.063) 34.911

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado no exercício social até o limite de 20% do capital social ou no limite de 30% acrescido das reservas de capital. Para constituição da reserva legal, foi destinado o valor de R\$ 1.301.

Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a distribuição de lucros mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício. Conforme apresentado na DMPL, foram distribuídos durante o exercício de 2021 dividendos excendentes ao mínimo obrigatório conforme previsto em estatuto. Os dividendos distribuídos aos sócios foram de R\$ 10.376.

2024

2020

15. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita Bruta - Venda de projeto eólico (i) Deduções da receita:	36.070	-
Impostos sobre vendas (ii)	(1.317)	-
Receita Líquida	34.753	-

 ⁽i) Receitas referente ao contrato de compra e venda de ativos do Projeto Eólico Licinio de Almeida para empresa EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, sob o CNPJ: 21.812.954/0001-79, contrato firnado em fevereiro de 2021.

⁽ii) Empresa investida (LDA) tributada pelo lucro presumido trimestral, alíquotas de de Pis 0,65% e Cofins 3,00%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas por natureza

A Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e das despesas com base na sua atividade. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	2021	2020	2021	2020
Serviços prestados por pessoas jurídicas	(768)	(389)	(768)	(389)
Viagens e estadias	(63)	(40)	(63)	(40)
Depreciação	(104)	(83)	(104)	(83)
Mensalidades e anuidades	`(55)	(29)	`(55)	(31)
Telefone	`(7)	`(5)	(19)	(15)
Despesas com pessoal	(1.997)	(768)	(1.997)	(784)
Publicações	` (9)	(10)	` (9)	`(10)
Taxas	(9)	(7)	(13)	(11)
Alugueis	(114)	-	(114)	-
Outros	(79)	(122)	(80)	(125)
	(3.205)	(1.453)	(3.222)	(1.488)

17. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo baixa de bens do permanente (i)	-	-	(1.180)	-
Outros	(1)	-	(1)	-
Total	(1)	-	(1.181)	-

⁽i) Montante se refere a baixa de ativos conforme contrato de compra e venda com a EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, vide nota explicativa nº 9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro, líquido

_	Controladora		Consolidado	
<u>-</u>	2021	2020	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	-	-	82	-
Juros incorridos sobre obrigação a pagar (ii)	(39)	(2.115)	(39)	(2.115)
Ajuste a valor presente (iii)	(406)	(188)	(406)	(188)
Despesas bancárias	(6)	(5)	(17)	(13)
Resultado financeiro, líquido	(451)	(2.308)	(380)	(2.316)

⁽i) As receitas financeiras abrangem as receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras.

19. Imposto de renda e contribuição social

a) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>

Calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não reconheceu imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base de contribuição negativa, no valor total de R\$ 1.243, por não haver histórico de lucratividade e perspectivas quanto à geração de resultados tributáveis futuros, nos próximos cinco anos, requisitos requeridos pelas práticas contábeis brasileiras.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

⁽ii) Juros sobre o saldo a pagar (Aquisição de Ventos de Santa Inês no ano 2020) e juros pagos e fornecedores em 2021

⁽iii) Calculo de Ajuste a valor presente - AVP referente o mutuo junto a partes relacionadas. Vide nota nº 12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social corrente

A empresa investida LDA é tributada pela sistemática do lucro presumido, de forma que não apresenta diferenças temporárias que originem créditos tributários diferidos a registrar. O demonstrativo a seguir se refere a apuração corrente de 2021 e 2020 para esta empresa, sendo a única com faturamento no exercício:

	2021	2020
Receitas com vendas (-) Devoluções de venda	36.070 -	
Base de cálculo	36.070	-
IRPJ / CSLL presunção 32%	11.542	-
Imposto de renda Contribuição social sobre lucro líquido Imposto de renda e contribuição social - receita fianceira IRPJ e CSLL corrente apurados	(2.880) (1.043) (18) (3.941)	
Correntes	(3.941)	-
IRPJ e CSLL no resultado	(3.941)	<u> </u>

c) Conciliação da despesa do resultado de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
_	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da				
contribuição social	26.029	(3.804)	29.970	(3.804)
Alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(8.850)	1.294	(10.190)	1.294
Ajustes para demonstração de taxa efetiva: Equivalência Patrimonial Diferença de alíquota – Regime tributário de	10.093	-	-	-
investida	-	-	7.942	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(1.243)	(1.294)	(1.243)	(1.294)
	-	-	(3.941)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo.

b) Gerenciamento dos riscos

A administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com o não desenvolvimento do projeto conforme nota explicativa nº 2.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

21. Provisão para litígios

A Companhia e suas controladas não possuem ou fazem parte de processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista no curso normal de seus negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2022 a investida LDA Energia S.A. obteve o recebimento da 2ª parcela do contrato de compra e venda de ativos firmado com a empresa EDF EN do Brasil Participações Ltda no valor R\$ 17.161.